

O Papel do Psicólogo na Atenção Primária à Saúde no SUS: Uma Revisão Integrativa da Literatura Brasileira

The Role of the Psychologist in Primary Health Care within the SUS: An Integrative Review of the Brazilian Literature

Antonny Bruno Martins Ferreira¹, André Sousa Rocha²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a atuação do psicólogo na Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de uma revisão integrativa da literatura. A pesquisa foi realizada nas bases SciELO, BVS, LILACS e Google Acadêmico, considerando publicações entre os anos de 2000 e 2023. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade e avaliação da qualidade metodológica, sete estudos foram incluídos na análise final. Os achados indicam que a atuação do psicólogo na APS tem se consolidado por meio de práticas voltadas à promoção da saúde mental, ao cuidado psicosocial e à reorganização dos processos de trabalho em saúde. Destacam-se a escuta qualificada, o acolhimento, o apoio matricial, as intervenções coletivas e a articulação com outros setores da rede de atenção. Apesar dos avanços, persistem desafios como a formação profissional ainda centrada em modelos clínicos hegemônicos, a fragmentação das práticas de cuidado, a burocratização do trabalho e as dificuldades de inserção nos espaços institucionais. Conclui-se que a presença do psicólogo na APS é estratégica para o fortalecimento da integralidade, da intersectorialidade e da humanização do cuidado, sendo fundamental a valorização de práticas que reconheçam as dimensões subjetivas e sociais da saúde.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde. Psicologia. Saúde Mental. Sistema Único de Saúde. Promoção da Saúde.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the role of psychologists in Primary Health Care (PHC) within the context of the Brazilian Unified Health System (SUS), through an integrative literature review. The search was conducted in the SciELO, BVS, LILACS, and Google Scholar databases, covering publications from 2000 to 2023. After applying eligibility criteria and assessing methodological quality, seven studies were included in the final analysis. The findings indicate that the psychologist's role in PHC has been consolidating through practices focused on mental health promotion, psychosocial care, and the reorganization of work processes in health. Notable practices include active listening, reception, matrix support, collective interventions, and intersectoral articulation. Despite advances, challenges remain, such as professional training still centered on hegemonic clinical models, fragmentation of care practices, bureaucratization of work, and difficulties in institutional integration. It is concluded that the psychologist's presence in PHC is strategic for strengthening comprehensiveness, intersectoriality, and humanization of care, and it is essential to value practices that acknowledge the subjective and social dimensions of health.

Keywords: Primary Health Care. Psychology. Mental Health. Unified Health System. Health Promotion.

¹ Psicólogo pela Faculdade Princesa do Oeste (FPO). E-mail: antonny.psicologo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2137-4384>.

² Doutorando em Psicologia, Universidade de Fortaleza (UNIFOR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0185-9699>.

1. INTRODUÇÃO

A atuação do psicólogo na Atenção Primária à Saúde (APS) tem se consolidado como temática central no campo da Saúde Coletiva, evidenciando a expansão progressiva da presença da Psicologia para além dos espaços clínicos convencionais. Essa ampliação, contudo, ainda enfrenta obstáculos estruturais, como a baixa inserção desses profissionais nas equipes interdisciplinares e as limitações na consolidação de suas práticas no cotidiano da atenção básica (SILVA et al., 2021; SCHERER et al., 2013). Como consequência, esse cenário tem impulsionado reflexões sobre a efetiva integração do cuidado psicológico às estratégias de promoção e prevenção, em conformidade com os princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente o da integralidade, que orienta intervenções articuladas e sensíveis às dimensões subjetivas da saúde (BENEVIDES; PASSOS, 2005; BRASIL, 2017).

A compreensão contemporânea de saúde passou a incorporar os determinantes psicossociais, econômicos e culturais, superando a visão biomédica restrita à doença e valorizando a complexidade das experiências humanas (OMS, 2013; AYRES, 2004). Essa transformação conceitual contribuiu para o redesenho das políticas públicas de saúde, conferindo à APS um papel estruturante na promoção da equidade, do acesso universal e da participação social. A Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em Alma-Ata, em 1978, consolidou a APS como eixo organizador da atenção à saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1978).

A partir dessas diretrizes, a APS é compreendida como um espaço estratégico para a prevenção de agravos e a promoção do cuidado integral, favorecendo ações intersetoriais, a escuta qualificada e o fortalecimento dos vínculos com os usuários (CAMPOS, 2011; STARFIELD, 2002). Nesse cenário, a Psicologia encontrou terreno fértil para a ampliação de suas práticas, especialmente com os avanços da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica, que deslocaram o enfoque da medicalização e da institucionalização do sofrimento psíquico para abordagens comunitárias, territoriais e orientadas pelos direitos humanos (AMARANTE, 2007; BRASIL, 2007; LIMA; YASUI, 2014).

O fortalecimento dessa presença ocorreu com a criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), instituídos pela Portaria nº 154/2008, que desempenharam papel estratégico ao ampliar o escopo de cuidado das equipes da Estratégia Saúde da Família (MELO et al., 2023). Embora descontinuados como política federal em 2019, esses núcleos

tiveram contribuições fundamentais para o desenvolvimento de práticas interdisciplinares e integradas no território (BRASIL, 2008; BRASIL, 2019).

Nesse contexto ampliado, o psicólogo passou a contribuir de forma mais integrada, desenvolvendo tanto intervenções clínicas quanto ações coletivas e matriciais voltadas à complexidade do sofrimento psíquico contemporâneo. Destaca-se, assim, a importância do uso de tecnologias leves, como o acolhimento, a escuta ativa, o vínculo e a construção de projetos terapêuticos singulares, enquanto recursos fundamentais para o cuidado em saúde mental na APS (BOMFIM et al., 2020; LUZ, 2015).

Apesar dos avanços reconhecidos, ainda persiste uma compreensão limitada acerca das contribuições da Psicologia na atenção básica, tanto por parte dos gestores quanto de outros profissionais e usuários (GONÇALVES et al., 2022). Com frequência, o trabalho do psicólogo é reduzido ao atendimento individual, desconsiderando seu potencial ampliado e transformador nos territórios.

Parte-se da hipótese de que essa atuação, embora respaldada por marcos legais e por experiências exitosas, permanece atravessada por desafios epistemológicos e operacionais, como a formação centrada em modelos hegemônicos, a precarização das condições de trabalho e a fragilidade das redes de apoio. Acredita-se, entretanto, que tais entraves podem ser superados pelo fortalecimento do trabalho interdisciplinar, pela articulação com a rede de proteção social e pela valorização de práticas que promovam saúde e subjetividade no cotidiano (BRANDÃO et al., 2019; SILVA; LOPES, 2020).

Diante desse panorama, este estudo tem como objetivo examinar, por meio de uma revisão integrativa, a presença da Psicologia na APS, no contexto do SUS.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, conforme o delineamento proposto por Silva, Sousa e Carvalho (2010), que visa à síntese ampla e fundamentada de produções científicas sobre determinado tema. Esta revisão foi orientada pela seguinte pergunta norteadora: Qual é o papel do psicólogo na APS no contexto do SUS?

Foram incluídos artigos científicos originais, publicados entre 2000 e 2023, disponíveis na íntegra, redigidos em português e veiculados em periódicos revisados por pares. O recorte temporal considerou a consolidação da Estratégia Saúde da Família e a ampliação do papel do psicólogo na APS no Brasil. Foram selecionados apenas estudos

que abordassem diretamente a atuação do psicólogo na APS, inserida no contexto do SUS e vinculada às práticas da Saúde Coletiva. Excluíram-se artigos com enfoque exclusivamente clínico tradicional, que não dialogassem com a lógica da APS, além de estudos estrangeiros, indisponíveis na íntegra ou fora dos critérios de idioma e data. Teses, dissertações, documentos institucionais e outras formas de literatura cinzenta também foram desconsiderados.

A busca foi realizada nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico. Utilizaram-se os seguintes descritores: “psicologia na atenção básica”, “psicólogo e atenção primária à saúde”, “psicologia e SUS”, “papel do psicólogo na saúde pública” e “psicologia da saúde”.

A estratégia de busca foi construída com o uso dos operadores booleanos AND e OR, conforme o exemplo: (“psicologia na atenção básica” OR “psicólogo e atenção primária à saúde”) AND (“SUS” OR “saúde pública”). A mesma string foi replicada nas plataformas de pesquisa, sendo adaptada conforme as especificidades de cada indexador, quando necessário.

A seleção dos estudos ocorreu em duas etapas: triagem por título e resumo, seguida da leitura integral dos textos. Todo o processo foi conduzido por dois revisores independentes, de forma cega, com o uso do software gratuito Rayyan (Ouzzani et al., 2016). As discordâncias foram resolvidas por consenso entre os pesquisadores.

Os estudos incluídos foram avaliados com base em uma adaptação da Newcastle-Ottawa Scale (NOS), originalmente desenvolvida para estudos observacionais. A adaptação possibilitou a análise de pesquisas qualitativas, teóricas e quanti-qualitativas, considerando critérios como coerência metodológica, consistência argumentativa, profundidade analítica e aplicabilidade prática. Os estudos foram classificados quanto ao risco de viés em três categorias: baixo (8–6 pontos), médio (5–4 pontos) e alto (3–1 ponto), conforme os parâmetros propostos por Silva et al. (2019). Eventuais divergências na pontuação foram resolvidas por consenso entre os avaliadores.

Por se tratar de uma revisão baseada em estudos previamente publicados, sem envolvimento direto de seres humanos nem coleta de dados primários, esta pesquisa está dispensada de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os procedimentos adotados seguiram os princípios da integridade científica e do uso responsável das fontes.

3. RESULTADOS

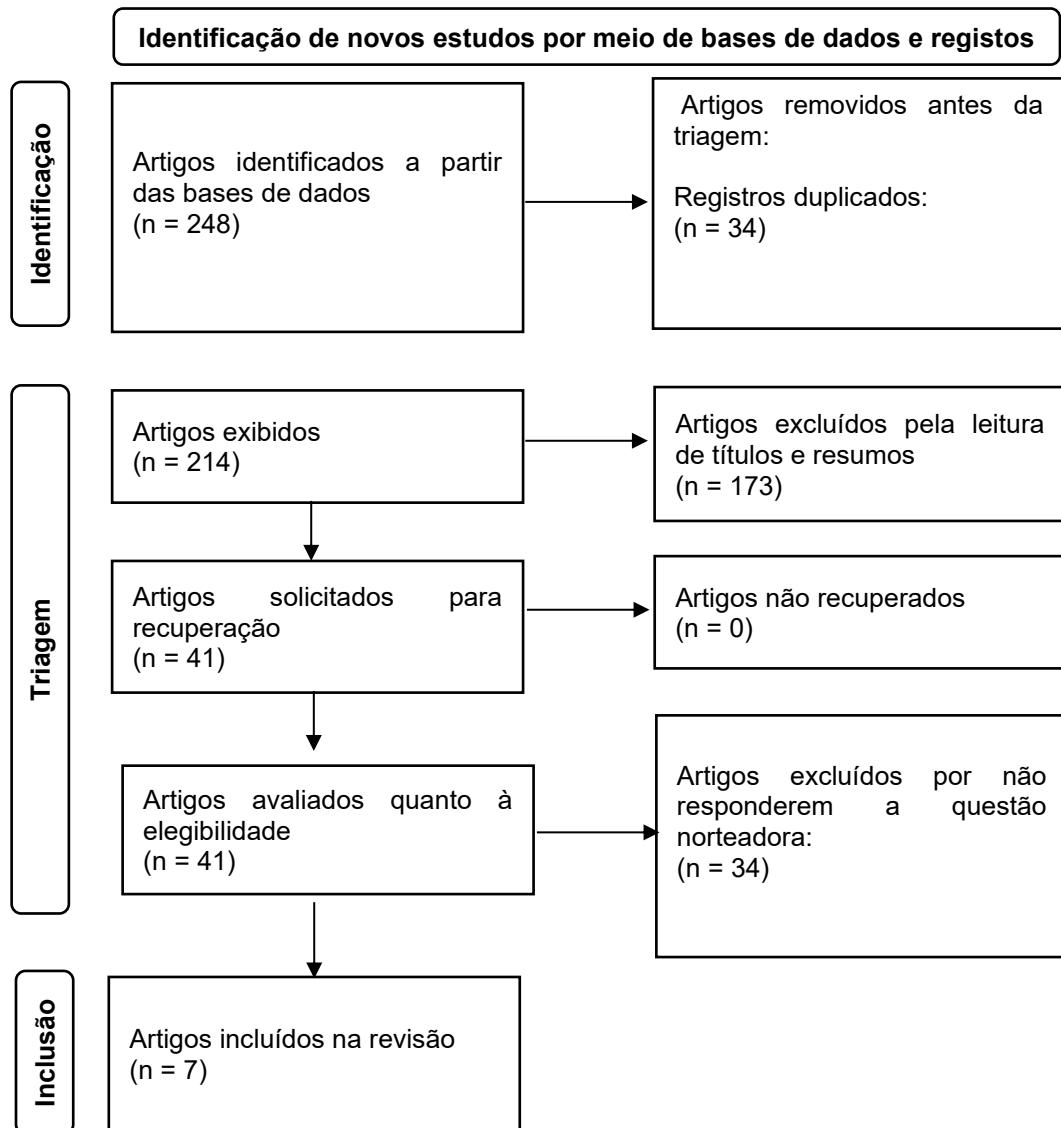
Foram inicialmente identificados 248 artigos nas bases de dados SciELO, BVS, LILACS e Google Acadêmico. Após a aplicação do filtro temporal (publicações entre 2000 e 2023) e a remoção de 34 duplicatas, permaneceram 214 estudos para análise. Na etapa de triagem por título e resumo, 173 artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade. Os principais motivos de exclusão foram: 78 artigos com enfoque exclusivo na prática clínica individual, sem interface com a APS; 41 que abordavam a atuação do psicólogo em níveis secundários ou terciários de atenção; 32 realizados fora do contexto brasileiro; e 22 que não apresentavam clareza quanto à inserção do profissional na APS.

Na sequência, 41 artigos foram selecionados para leitura na íntegra. Desses, 34 foram excluídos: 18 por não tratarem diretamente da atuação do psicólogo na APS; 9 por estarem indisponíveis na íntegra; e 7 por não apresentarem qualidade metodológica suficiente, conforme avaliação baseada nas escalas aplicadas. Ao final do processo, foram incluídos sete estudos que atenderam a todos os critérios estabelecidos. O processo de seleção está ilustrado na Figura 1.

Dos sete estudos analisados, quatro adotaram abordagem qualitativa, dois apresentaram delineamento teórico-reflexivo e um utilizou metodologia quanti-qualitativa. Todos foram desenvolvidos no Brasil, com recortes regionais diversos, abrangendo as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e publicados entre 2011 e 2023.

No que se refere aos temas centrais, observou-se que cinco estudos discutiram a atuação do psicólogo em equipes multiprofissionais da Estratégia Saúde da Família; quatro abordaram ações de promoção da saúde mental e práticas coletivas no território; três trataram dos desafios relacionados à formação e à inserção do psicólogo no Sistema Único de Saúde (SUS); e dois destacaram os conflitos entre o modelo biomédico tradicional e as práticas ampliadas de saúde no cotidiano da APS.

Figura 1. Diagrama de Fluxo da Seleção dos Estudos PRISMA.



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2025).

Dos sete artigos incluídos nesta revisão, cinco foram classificados como de baixo risco de viés e dois como de médio risco, conforme os critérios da Newcastle-Ottawa Scale (NOS) em sua versão modificada. Nenhum estudo foi avaliado como de alto risco. A análise foi conduzida por dois revisores independentes e, nos casos de divergência, as decisões foram tomadas por consenso após discussão conjunta.

A avaliação considerou os domínios de seleção, comparabilidade e desfecho, com atribuição de estrelas segundo a metodologia adaptada da NOS, ajustada para contemplar diferentes delineamentos, incluindo estudos qualitativos e teórico-reflexivos. Os resultados detalhados da avaliação metodológica estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Descrição da avaliação da qualidade metodológica dos estudos

Autor (Ano)	Tipo de estudo	Seleção	Comparabilidade	Desfecho	Total (★)	Risco de viés
Alexandre & Romagnoli (2011)	Qualitativo reflexivo	★★★	★	★★	6/8	Baixo
Boing & Crepaldi (2010)	Teórico-reflexivo	★★	★	★	5/8	Médio
Soares (2005)	Estudo transversal	★★★	★	★★	7/8	Baixo
Jimenez (2011)	Quanti-qualitativo	★★	★	★★	6/8	Baixo
Andrade & Simon (2009)	Teórico-analítico	★★	★	★	5/8	Médio
Pires & Braga (2009)	Estudo histórico	★★★	★	★	6/8	Baixo
Silva et al. (2019)	Qualitativo	★★★	★	★★	6/8	Baixo

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2025).

Os principais aspectos metodológicos e os resultados de cada estudo estão sintetizados na Tabela 2, que apresenta a caracterização dos trabalhos incluídos nesta revisão integrativa.

A partir dessa sistematização, observa-se que os estudos descrevem a atuação do psicólogo na APS como centrada em práticas de acolhimento, escuta e fortalecimento de vínculos, articuladas às equipes multiprofissionais e às diretrizes da atenção básica. De modo geral, essa atuação, no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), orienta-se para a promoção da saúde, o cuidado psicossocial e a integralidade da atenção, com desfechos distribuídos em três dimensões principais: práticas interdisciplinares, fortalecimento de vínculos e escuta qualificada, e reorganização do processo de trabalho em saúde mental no território.

No que se refere às práticas interdisciplinares, os estudos destacam a atuação do psicólogo junto às equipes da Estratégia Saúde da Família, evidenciando contribuições relevantes por meio da escuta ampliada, do apoio matricial e das intervenções em grupo. A escuta, em particular, é ressaltada como ferramenta terapêutica e dispositivo de acolhimento (ALEXANDRE; ROMAGNOLI, 2017; SOARES, 2005).

A segunda dimensão observada refere-se à ampliação do acesso e da resolutividade das demandas em saúde mental, decorrente da presença cotidiana do psicólogo nas unidades básicas de saúde. Essa inserção tem contribuído para a desmedicalização do

sofrimento psíquico e para a construção de práticas de cuidado mais humanizadas (BOING; CREPALDI, 2010; JIMENEZ, 2011).

Por fim, os estudos apontam desafios persistentes na atuação do psicólogo na APS. Entre eles, destacam-se a fragilidade da formação profissional voltada à saúde coletiva, a burocratização dos processos de trabalho e as dificuldades de articulação com os demais pontos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (ANDRADE; SIMON, 2009; PIRES; BRAGA, 2009).

Tabela 2 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa

AUTOR/ANO	MÉTODO	PARTICIPANTES	DESFECHOS
Alexandre & Romagnoli (2017)	Estudo qualitativo com enfoque reflexivo. Análise da prática do psicólogo na atenção básica a partir da escuta ampliada.	Profissionais de saúde da Estratégia Saúde da Família (n não informado).	Destaca o papel da escuta qualificada e do acolhimento como prática terapêutica e ferramenta de vínculo no cotidiano da APS.
Boing & Crepaldi (2010)	Estudo teórico-reflexivo. Discorre sobre a atuação da psicologia na atenção básica e suas práticas intersetoriais.	Psicólogos inseridos em equipes da atenção básica (n não informado).	A presença do psicólogo na UBS favorece ações grupais, fortalecimento da rede e acolhimento psicossocial.
Soares (2005)	Estudo transversal qualitativo. Investigação empírica sobre a atuação da psicologia na saúde pública.	Profissionais e gestores da atenção básica (n não informado).	A atuação psicossocial enfrenta tensões com o modelo biomédico tradicional, exigindo ressignificação do papel do psicólogo no SUS.
Jimenez (2011)	Estudo quanti-qualitativo. Análise das contribuições da psicologia para a saúde mental no âmbito da atenção primária.	Profissionais e usuários da atenção básica (n entre 10 e 92 participantes).	Identifica que a inserção do psicólogo amplia o acesso e promove desmedicalização do sofrimento psíquico.
Andrade & Simon (2009)	Estudo teórico-analítico. Reflexão crítica sobre a formação profissional em psicologia e sua adequação ao SUS.	Produção bibliográfica e análise documental (sem campo).	Aponta dificuldades na formação e na adaptação da prática psicológica ao modelo de atenção coletiva e territorial do SUS.
Pires & Braga (2009)	Estudo histórico. Discussão sobre a construção histórica da psicologia na saúde pública e seu confronto com o modelo biomédico.	ANálise documental de políticas públicas e literatura (sem campo).	Enfatiza os conflitos institucionais e culturais na inserção da psicologia na APS, com necessidade de ruptura de paradigmas tradicionais.
Silva et al. (2019)	Estudo qualitativo. Investiga práticas intersetoriais em saúde mental realizadas por psicólogos na atenção básica.	Psicólogos atuantes na APS em municípios do Nordeste (n não informado).	Evidencia ações coletivas, articulação com outros setores e desafios na estruturação de um cuidado psicossocial territorializado.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2025).

4. DISCUSSÃO.

Os achados desta revisão integrativa evidenciam que a atuação do psicólogo na APS, no contexto do SUS, vem se consolidando de forma gradual, sendo caracterizada por práticas voltadas à promoção da saúde mental, ao cuidado psicossocial e à reorganização dos processos de trabalho. A análise dos sete estudos incluídos permitiu identificar contribuições significativas da Psicologia na APS, ao mesmo tempo em que revelou desafios estruturais e epistemológicos ainda presentes.

Alexandre e Romagnoli (2017) destacam a escuta como ferramenta terapêutica e dispositivo fundamental no acolhimento dos usuários, compreendida como parte essencial do cuidado ampliado, em contraposição à lógica clínica tradicional. Essa perspectiva também é abordada por Soares (2005), ao enfatizar a importância da atuação interdisciplinar do psicólogo e da integralidade do cuidado como princípio norteador das práticas em saúde.

A contribuição da Psicologia para o fortalecimento das ações coletivas, intersetoriais e comunitárias é destacada por Boing e Crepaldi (2010), que apontam a presença do psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde como elemento facilitador da escuta ampliada e da humanização das práticas. Essa perspectiva é reforçada por Jimenez (2011), ao demonstrar, com abordagem quanti-qualitativa, que a atuação do psicólogo favorece a desmedicalização do sofrimento psíquico e a adoção de práticas mais contextuais e humanizadas.

No que se refere à formação profissional, Andrade e Simon (2009) evidenciam limitações dos currículos tradicionais, ainda fortemente centrados em práticas clínicas individualizantes e desalinhadas às demandas da saúde coletiva. Pires e Braga (2009) aprofundam essa crítica ao analisarem entraves históricos e institucionais que dificultam a consolidação de uma atuação interdisciplinar e territorializada na APS.

O estudo de Silva et al. (2019) complementa essa discussão ao destacar a importância das práticas intersetoriais e da articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), reforçando que o cuidado psicossocial requer presença contínua, escuta ativa e trabalho em rede. Apesar das diferenças nos delineamentos metodológicos dos estudos incluídos, a maioria apresentou baixo risco de viés, o que confere confiabilidade aos achados. No entanto, é importante reconhecer que boa parte das pesquisas analisadas se refere a recortes regionais e experiências locais, o que pode limitar a generalização para outras realidades brasileiras.

Ainda assim, os resultados reafirmam o papel estratégico do psicólogo na APS, ao contribuir para a ampliação das práticas de cuidado, a valorização das subjetividades e a consolidação de uma saúde mental pautada na integralidade, na intersetorialidade e na construção coletiva de saberes. A superação dos desafios identificados requer a reformulação dos processos formativos, o fortalecimento das redes de cuidado psicossocial e a implementação de políticas públicas que sustentem uma atuação crítica, contextualizada e transformadora do psicólogo no âmbito do SUS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar o papel do psicólogo na APS, no contexto do SUS. Os resultados mostraram que a atuação desse profissional está voltada principalmente à promoção da saúde mental, à escuta qualificada, à construção de vínculos e à articulação com equipes multiprofissionais. A revisão indicou que o psicólogo contribui para um cuidado mais humanizado e integral, embora enfrente desafios relacionados à formação profissional, às condições estruturais e à resistência ao modelo ampliado de saúde.

Embora esta revisão integre evidências relevantes sobre a atuação do psicólogo na APS, algumas limitações metodológicas devem ser reconhecidas. O número reduzido de estudos incluídos constitui uma limitação importante, decorrente da escassez de produções científicas nacionais com rigor metodológico e foco específico na atuação do psicólogo na APS. A maioria dos estudos analisados apresenta delineamentos qualitativos e descritivos, com amostras de baixa representatividade e contextos institucionais localizados, o que restringe a possibilidade de generalização dos achados.

Observa-se, ainda, uma concentração geográfica das produções nas regiões Sudeste e Sul, revelando uma lacuna de investigações em outras realidades do país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, a dependência de publicações indexadas em bases nacionais pode ter limitado o acesso a estudos internacionais ou de difícil recuperação. Esses fatores sugerem a necessidade de pesquisas multicêntricas, com metodologias mais diversificadas e comparativas, que ampliem a compreensão do papel do psicólogo na APS.

Diante dos achados, recomenda-se que gestores públicos e instituições formadoras de psicólogos invistam na consolidação de práticas interdisciplinares e territoriais, fortalecendo a articulação entre a Psicologia e as demais áreas da saúde. No âmbito da

gestão, é fundamental retomar e ampliar iniciativas como o NASF, bem como criar protocolos de acolhimento psicológico voltados à APS, que garantam fluxos integrados e humanizados de cuidado. Já no campo da formação profissional, sugere-se o aprimoramento curricular com foco na saúde coletiva, na escuta qualificada e na atuação em rede, de modo a preparar futuros profissionais para responder às complexas demandas psicossociais presentes no cotidiano do SUS.

Recomenda-se, ainda, que futuras pesquisas aprofundem o impacto da atuação do psicólogo em diferentes realidades regionais, contemplando a perspectiva dos usuários dos serviços e a avaliação dos resultados das práticas psicológicas na APS.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, N. M. C.; ROMAGNOLI, R. C. Escuta e subjetivação na Atenção Básica: a escuta psicológica e seus efeitos. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, n. spe, p. 1-10, 2017.
- AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. **Rio de Janeiro: Fiocruz**, 2007.
- ANDRADE, A. M.; SIMON, C. F. Formação em Psicologia e as demandas do SUS: desafios e possibilidades. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 276–289, 2009.
- AYRES, J. R. C. M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 63-72, 2004.
- BENEVIDES, R.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 561-571, 2005.
- BOING, E.; CREPALDI, M. A. A atuação do psicólogo na atenção básica: uma prática em construção. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 60-75, 2010.
- BOMFIM, E. O. et al. Estratégias de cuidado em saúde mental na Atenção Básica: acolhimento e escuta qualificada. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 34, e39376, 2020.
- BRANDÃO, E. R. et al. Psicologia e saúde coletiva: desafios para a formação profissional. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, p. e180517, 2019.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990.
- BRASIL. Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008.

BRASIL. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes para o cuidado das pessoas com sofrimento ou transtorno mental. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2017.

CAMPOS, G. W. S. Saúde Paideia. **São Paulo: Hucitec**, 2011.

GONÇALVES, L. M. et al. A atuação do psicólogo na Atenção Primária à Saúde: percepções de gestores e profissionais. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 1, e210564, 2022.

JIMENEZ, C. L. Psicologia na atenção primária: desafios e possibilidades. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 243-251, 2011.

LIMA, R. C.; YASUI, S. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por um tratamento digno. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 569-581, 2014.

LUZ, M. T. Tecnologias Leves e o Trabalho em Saúde: possibilidades de inovação na atenção básica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1171–1191, 2015.

MELO, M. F. G. A.; ROCHA, A. S.; OLIVEIRA TERÊNCIO, M. L.; SOUZA, L. T. A.; SOUZA RAMOS, A. P. O Nasf-AB como estratégia multiprofissional para a melhoria da assistência à saúde da comunidade: um relato de experiência. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, v. 11, n. 1, 2023.

OUZZANI, M. et al. Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews**, v. 5, n. 210, p. 1-10, 2016.

PIRES, R. S.; BRAGA, C. S. A inserção da psicologia na saúde pública: desafios e perspectivas. **Revista Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 51-60, 2009.

SILVA, M. A. T. et al. A atuação intersetorial do psicólogo na saúde mental: perspectivas na atenção básica. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 79-88, 2019.

SILVA, T. M.; LOPES, R. E. Psicologia e Saúde Coletiva: desafios e perspectivas. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Uberaba, v. 9, n. 1, p. 129-144, 2020.

SILVA, L. F. et al. Inserção do psicólogo na Atenção Básica: desafios e potencialidades. **Revista Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 40-48, 2021.

SILVA, V. M.; SOUSA, C. A.; CARVALHO, D. L. Revisão integrativa: método de pesquisa para a enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 63, n. 4, p. 592–599, 2010.

SOARES, M. C. A prática do psicólogo na saúde pública: entre o ideal e o real. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 81-89, 2005.

SCHERER, M. D. A. et al. Interdisciplinaridade na atenção básica em saúde: análise do trabalho coletivo. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 17, n. 44, p. 263-276, 2013.

STARFIELD, B. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. **Brasília: Unesco**, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Declaration of Alma-Ata: International Conference on Primary Health Care. **Geneva: WHO**, 1978.